

PÓS-GRADUAÇÃO  
**GESTÃO AUTÁRQUICA  
E MODERNIZAÇÃO:  
OS NOVOS DESAFIOS  
DO PODER LOCAL**

GUIA DE CURSO **2020 | 2021**  
9ª. edição



*Aprendizagem  
ao Longo da Vida*

### **Coordenação**

Fernando Caetano | [fernando.caetano@uab.pt](mailto:fernando.caetano@uab.pt)

Mário do Carmo | [marifcarmo@gmail.com](mailto:marifcarmo@gmail.com)

### **Contactos para Informações**

Informações sobre este curso de Pós-graduação podem ser obtidas em: <http://portal.uab.pt/alv/programasalv/pos-graduacoes/>, ou através do formulário constante em <https://sitcon.uab.pt/Mensagens/form/1>.

Informações de carácter científico-pedagógico poderão ser solicitadas à coordenação do Curso, através dos endereços eletrónicos: [alv.info@uab.pt](mailto:alv.info@uab.pt).

# ÍNDICE

- 1.** Introdução
- 2.** Enquadramento
- 3.** Público-alvo
- 4.** Condições de acesso ao Curso e Pré-requisitos dos formandos
- 5.** Objetivos
- 6.** Competências a desenvolver
- 7.** Estrutura curricular e Plano de estudos
- 8.** Metodologia e Sistema de tutoria
- 9.** Avaliação
- 10.** Candidaturas
- 11.** Propinas
- 12.** Condições de funcionamento do Curso
- 13.** Corpo Docente

# 1. INTRODUÇÃO

Pioneira no ensino superior a distância em Portugal, a Universidade Aberta (UAb), ao longo da sua existência, tem promovido ações relacionadas com a formação superior e a formação contínua, contribuindo igualmente para a divulgação e a expansão da língua e da cultura portuguesas, com especial relevo nos países e comunidades lusófonos.

A UAb tem procurado, particularmente, incentivar a apropriação e a autoconstrução de saberes, concebendo e lecionando cursos de 1.º, 2.º e 3.º ciclos, formando técnicos e docentes, de acordo com uma assumida filosofia de prestação de serviço público.

Os docentes e investigadores da UAb têm desenvolvido atividades de investigação científica através da utilização das tecnologias da informação e da comunicação, concebendo e produzindo materiais pedagógicos nas áreas da tecnologia do ensino e da formação a distância e da comunicação educacional multimédia.

A oferta de ações de Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV) da Universidade Aberta é também suportada na Internet e recorre à plataforma informática Moodle, sendo desenvolvido em regime de ensino a distância online, assíncrono, com tutoria ativa e permanente, nomeadamente através de fóruns de discussão.

O ensino a distância é uma modalidade de ensino-aprendizagem que nasceu no final do século XIX, que a rápida evolução das telecomunicações e da informática veio alterar radicalmente, acrescentando novas e importantes potencialidades que fazem dele o regime de ensino do futuro.

A atual expansão da Internet e da Word Wide Web (WWW) e o desenvolvimento ainda mais recente dos programas informáticos de gestão do ensino-aprendizagem vieram, de facto, modificar o panorama do ensino a distância, permitindo a criação de espaços virtuais de ensino com designações diversas (centro de ensino virtual, escola virtual, etc.), onde a palavra «virtual» apenas significa que esses espaços não têm implantação e realidade físicas palpáveis.

É no espaço virtual de formação/aprendizagem da UAb que se vai desenvolver o curso de pós-graduação em **Gestão Autárquica e Modernização: Os Novos Desafios do Poder Local**, o qual a seguir se apresenta com maior detalhe.

## 2. ENQUADRAMENTO

Numa época dominada pelos princípios da subsidiariedade e da globalização, o desenvolvimento das sociedades e dos territórios exige organizações autárquicas cada vez mais eficazes e prestadoras de serviços qualificados, capazes de responder adequadamente às exigências e expectativas dos cidadãos do século XXI.

A reforma do poder local e a descentralização administrativa envolvem a proximidade com os cidadãos além de compreender vetores estratégicos destinados a implementar o paradigma de responsabilidade que valoriza a eficiência na afetação de recursos destinados ao desenvolvimento social, económico, cultural e ambiental das várias regiões do país. Neste contexto, a implementação da política local deve orientar-se pelo princípio da modernização administrativa, apoiando-se na subsidiariedade e no aprofundamento do municipalismo, e no reforço das competências das Associações de Municípios e da coesão e competitividade territorial.

Por outro lado, a rápida alteração dos circuitos de vida dos cidadãos a nível social, económico, tecnológico e político impõe às administrações autárquicas novos desafios e debates sobre as fronteiras que balizam a administração central e local, num momento de grande contenção que o país atravessa e que a todos exige esforço e empenhamento pessoais.

Neste contexto, a aprendizagem ao longo da vida faculta elevados níveis de desempenho nas autarquias, o que passa por assegurar a formação dos seus quadros superiores, dos eleitos, dos gestores autárquicos e dos profissionais que lidam com a administração autárquica, cuja atuação no terreno depende, em muito, da sua formação profissional e tem reflexo direto no contexto social da comunidade em que operam. Para a comunidade, o desafio inclui a necessidade das autarquias serem ainda mais eficientes e capazes de promover novas políticas municipais e de se adaptarem às exigências de uma sociedade em mutação, por forma a aumentar o seu valor para o público no curto e longo prazos, em relação às suas políticas sectoriais de intervenção local, respondendo à necessidade de profissionais com elevados conhecimentos académicos e científicos, que, por via profissional ou académica, possam ser agentes indutores da inovação do contexto organizacional e práticas de administração.

Resumindo, a pós-graduação em **Gestão Autárquica e Modernização Administrativa: Os Novos Desafios do Poder Local** procura responder às exigências de uma

Administração Autárquica cada vez mais atualizada com maior rigor e responsabilização na gestão dos recursos públicos, na difusão do conhecimento, na modernização e reforma administrativas, na qualificação da administração autárquica e no bem-estar da comunidade, no planeamento e gestão do território, na recuperação e reconversão urbanísticas e criteriosa gestão financeira, no direito do ambiente e sustentabilidade ambiental, o património, a ciência e a cultura, a ação social, as novas políticas de integração, que no seu todo constituem preocupações a merecer atenção prioritária dos responsáveis autárquicos, razões bastantes para lhe dar o devido destaque na definição do plano de estudos da presente pós-graduação.

Nesta circunstância, a Universidade Aberta, consciente de que também ela, como instituição pública de ensino e formação, tem responsabilidades no desenvolvimento de todas as estratégias que visem melhorar as condições de trabalho e desta forma melhorar a produtividade e a competitividade das autarquias e do poder municipal, organiza e oferece o presente curso, a desenvolver em regime de e-learning, na certeza de que ele responderá a uma preocupação crescente das entidades diretamente envolvidas na sua gestão.

### **3. PÚBLICO-ALVO**

São destinatários deste curso:

- Autarcas e potenciais candidatos às autarquias, técnicos superiores da Administração Local que aspirem ao exercício de funções dirigentes e necessitem do desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais;
- Atuais dirigentes, envolvidos em processos de renovação das suas comissões de serviço, que pretendam desenvolver as suas competências;
- Outros, com especial interesse na gestão das autarquias, que desejem obter vantagem competitiva através do acesso às mais avançadas práticas gestionárias.

### **4. CONDIÇÕES DE ACESSO AO CURSO E PRÉ-REQUISITOS DOS FORMANDOS**

1. As condições de acesso ao curso mencionado explicitam-se em:
  - a. ser titular do grau de licenciado ou equivalente legal;

- b. ser titular de um grau académico superior, obtido no estrangeiro, que tenha sido conferido na sequência de um 1.º ciclo de estudos, organizado de acordo com os princípios do Processo de Bolonha, por um Estado aderente a este Processo;
  - c. ser titular de um grau académico superior obtido no estrangeiro, que seja reconhecido pelo Conselho Científico da Universidade Aberta, como satisfazendo os objetivos do grau de licenciado;
  - d. ser detentor de um currículo escolar, científico ou profissional, que seja reconhecido pelo Conselho Científico da Universidade Aberta, como satisfazendo os objetivos e as capacidades necessárias para a realização deste ciclo de estudos.
2. Consideram-se importantes fatores de frequência no âmbito deste curso a motivação dos formandos e a sua disponibilidade total para interagir com os formadores na colocação de questões ou dúvidas sobre as matérias e disponibilidade de tempo para estudarem os conteúdos, elaborarem todas as atividades sugeridas e as autoavaliações propostas. A frequência deste curso de Pós-graduação tem como pré-requisitos:
- a. acesso a um computador com ligação à rede de banda larga e disponibilidade de endereço eletrónico atualizado;
  - b. conhecimentos e prática de informática como utilizadores, em ambiente Windows;
  - c. disponibilidade de cerca de 12-15 horas/ semana para participação nos fóruns de discussão; realização de estudo individual dos conteúdos disponibilizados online;
  - d. cumprimento das tarefas determinadas e elaboração das autoavaliações e avaliações formativas e sumativas.

## **5. OBJETIVOS**

- Desenvolver competências de formação avançada aos futuros autarcas e profissionais das autarquias nas áreas de administração e do direito autárquico, da gestão dos recursos humanos, gestão pública, contabilidade, ambiente, educação, desporto, gestão financeira, património, ciência e cultura, ação social, proteção civil;

- Formar e capacitar os trabalhadores das autarquias locais através da formação e aperfeiçoamento técnico e científico, com vista a ocupação de cargos especializados de gestão pública e administração autárquica;
- Promover a excelência da formação avançada em modernização administrativa, face aos novos desafios e competências do poder local.

## **6. COMPETÊNCIAS A DESENVOLVER**

No final da ação de formação, os formandos devem ter adquirido conhecimentos e desenvolvido capacidades que os habilitem a:

- Desenvolver as capacidades de gestão e de liderança autárquica necessárias aos novos contextos de modernização administrativa em que as autarquias se inserem;
- Mobilizar os conhecimentos relativos aos instrumentos teóricos e metodológicos necessários para o desempenho das funções de autarcas;
- Identificar e utilizar instrumentos tecnológicos e técnicos necessários para uma administração e gestão autárquica eficiente e moderna;
- Elaborar e utilizar instrumentos diversificados para o desempenho das suas funções profissionais;
- Desenvolver uma atitude crítica de reflexão pessoal e profissional conducente a um processo de autoformação que se enquadre numa perspetiva de gestão e aperfeiçoamento profissional permanente;
- Adquirir competência para o exercício de funções de liderança, como autodisciplina, espírito de iniciativa, gestão de conflitos, gestão dos recursos humanos;
- Adquirir competência para o exercício de funções nas áreas de administração e do direito das Autarquias Locais, da gestão dos recursos humanos, gestão pública, contabilidade, ambiente, educação, desporto, gestão financeira, património, ciência e cultura, ação social, proteção civil, numa ótica de especialização na administração autárquica.

## 7. ESTRUTURA CURRICULAR E PLANO DE ESTUDOS

1.º SEMESTRE				
UNIDADES CURRICULARES	CÓDIGO	TIPO	ECTS	OBSERVAÇÕES
Municipalismo e Poder Local	42079	Semestral	7,5	Obrigatória
Finanças e Contabilidade para as Autarquias Locais	62086	Semestral	7,5	Obrigatória
Sistema de Normalização Contabilístico da Administração Autárquica	62087	Semestral	7,5	Obrigatória
Modernização Administrativa	42081	Semestral	7,5	Obrigatória
2.º SEMESTRE				
UNIDADES CURRICULARES	CÓDIGO	TIPO	ECTS	OBSERVAÇÕES
Regime Jurídico das Autarquias Locais	42082	Semestral	7,5	Obrigatória
Educação, Cultura e Desporto	42083	Semestral	7,5	Obrigatória
Gestão de Recursos Humanos e Liderança	62088	Semestral	7,5	Obrigatória
Ordenamento do Território, Planeamento e Sustentabilidade	22143	Semestral	7,5	Obrigatória

O Curso de **Gestão Autárquica e Modernização: Os Novos Desafios do Poder Local** (60 ECTS) está estruturado em dois semestres letivos com 8 unidades curriculares (UC) obrigatórias, precedidas do módulo Integração e Ambientação ao Contexto do E-learning, com os conteúdos específicos que a seguir se indicam.

O formando deve frequentar as 4 UC obrigatórias, para cada semestre, a fim de perfazer um total de 8 UC, ou seja, 60 ECTS. Cada UC tem o mesmo valor em horas de trabalho/ECTS (195 horas/ 7,5 ECTS), que perfaz o total de 780 horas.

### **MÓDULO: INTEGRAÇÃO E AMBIENTAÇÃO AO CONTEXTO DO E-LEARNING (16 HORAS)**

**Formador: UALV**

#### **Sinopse:**

O módulo de **Integração e Ambientação ao Contexto do E-learning** tem por objetivo a socialização dos participantes e a criação de “um grupo” de trabalho, a familiarização com a utilização do software de gestão do curso, de forma a se adquirirem as competências

necessárias à exploração eficaz de todas as suas funcionalidades de intercomunicação, em especial as assíncronas, necessárias à frequência do curso.

Neste módulo será explicada e treinada a forma como pesquisar “depressa e bem” informação na Web e será pedido aos participantes a procura (na Web) de informação relevante sobre os temas que constituem as matérias do curso. Os alunos da Universidade Aberta ficam dispensados da frequência deste módulo.

## **1.º SEMESTRE: UNIDADES CURRICULARES**

### **MUNICIPALISMO E PODER LOCAL | 7,5 ECTS**

**Formador: Mário do Carmo**

#### **Sinopse:**

O poder local foi muitas vezes uma força competente para realizar obras públicas, procedimento que transcendeu a capacidade das estruturas administrativas locais e as diversas formas de representação jurídico-formal das comunidades locais. Assim, esta unidade curricular procura situar o poder municipal e local no contexto da evolução dos normativos jurídico-políticos e administrativos que o foram configurando ao longo do tempo, atendendo a que, um e outro, constituíram, sempre, a expressão de processos de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que ocorreram em Portugal. A Historiografia municipal para os Tempos Modernos sofrerá no pós 25 de Abril de 1974 um extraordinário desenvolvimento em relação com a emergência da figura do poder local no nosso ordenamento político-administrativo revolucionário – que rompe com o conceito vindo do Estado Novo da administração local autárquica – e também com o seu particular desenvolvimento assente na mobilização social e política de que foi alvo, permitida e sustentada pelos 3 novos pilares constitutivos do seu desenvolvimento: a lei da autonomia, das finanças locais e da separação dos setores. A tudo isto acresce a atual reforma do poder local que comporta a transferência de competências para um novo paradigma da política autárquica.

#### **Competências:**

Com esta UC pretende-se capacitar os formandos para:

- Interpretar o conceito de poder local;
- Elaborar uma visão historiográfica sobre o municipalismo, a sociedade local e os seus protagonistas;

- Avaliar o papel dos municípios e da construção dos diferentes modelos políticos de intervenção ao longo do processo histórico;
- Desenvolver uma atitude crítica de reflexão (pessoal e profissional) conducente a um processo de autoformação que se enquadre numa perspetiva de gestão e aperfeiçoamento profissional permanente;
- Conhecer a composição do poder local democrático.

### **Conteúdos:**

1. Evolução do Poder Local: Dos Forais ao Liberalismo
  - A Sociedade Local e os seus Protagonistas
  - O Central, o Local e o Inexistente Regional
  - O Espaço Político e Social Local
2. Do Liberalismo ao Estado Novo
  - Os Municípios no Liberalismo Monárquico Constitucional
  - A República e os Municípios
  - O Estado Novo e os Municípios Corporativos
3. O 25 de Abril e a Rutura com os Municípios Corporativos
4. A Construção do Poder Local Democrático (1974-2015)
5. A Reforma do Poder Local
  - As Comunidades Intermunicipais
  - Novos Instrumentos de Gestão
  - Compromissos e Pagamentos em Atraso

### **Bibliografia:**

BILHIM, João (2004). *A Governação nas Autarquias Locais*, Sociedade Portuguesa de Inovação, Coleção Inovação e Governação nas Autarquias, Porto.

CARMO, Mário do (2020). *Súmula das lições sobre Municipalismo e Poder Local*, Vol. I;II;III;IV, Lisboa.

COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero, coautor, (2008). *O Poder Concelhio: Das Origens Às Artes Constituintes: Notas da História Social*, 2.<sup>a</sup> ed. Rev., Coimbra: Centro de Estudos e Formação Autárquica.

SANTOS, António Pedro Ribeiro (1999). *A Administração Autárquica no Constitucionalismo Português*, in Estudos em Homenagem a Joaquim M. Da Silva Cunha.

CAETANO, Marcello (1990). *Manual de Direito Administrativo*. Coimbra, Almedina.

HERCULANO, Alexandre (1987). *História de Portugal*, vol. I a VI, Círculo de Leitores, Lisboa.

CUNHA, Mafalda Soares da (2005). *Os Municípios No Portugal Moderno: Dos Forais Manuelinos Às Reformas Liberais*, ed. Lita, Lisboa: Colibri; Évora: CIDES, EU, Biblioteca: estudos & colóquios; 10.

OLIVEIRA, César, Dir. Monteiro, Nuno Gonçalo (1996). *História dos Municípios e do Poder Local: Dos Finais da Idade Média à União Europeia*, Edição Circulo de Leitores, Lisboa.

## **FINANÇAS E CONTABILIDADE PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS | 7,5 ECTS**

**Formador: Vasco Leite**

### **Sinopse:**

A Administração Local é um dos subsetores das Administrações Públicas com normas financeiras, orçamentais, contabilísticas e de prestação de contas específicas, pese embora num quadro de articulação ao nível dos objetivos que se colocam ao país em termos de défice e de dívida pública, quanto às primeiras, e a consistência com o Plano Oficial de Contabilidade Pública, relativamente às normas contabilísticas e de prestação de contas.

Com a publicação, em setembro de 2013, do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, novos processos de planeamento financeiro, como a necessidade de coordenação financeira dos diferentes subsetores das Administrações Públicas e a elaboração do Quadro Plurianual Municipal, e contabilísticos, com a consagração do conceito de controlo para efeitos de consolidação de contas, salientam a necessidade de adquirir competências nestes domínios.

Neste contexto, com a presente unidade curricular, pretende-se ilustrar o atual processo orçamental das autarquias locais, desde o planeamento financeiro, orçamento, execução, até à prestação de contas e auditoria.

### **Competências:**

Com esta UC pretende-se capacitar os formandos para:

- Conhecer o enquadramento financeiro da Administração Local nas Administrações Públicas;
- Compreender as regras e princípios orçamentais aplicáveis à Administração Local;
- Saber as etapas do processo orçamental nas autarquias locais;
- Compreender o processo de reforma da contabilidade pública em curso;
- Saber os objetivos e o processo de preparação de informação orçamental e financeira consolidada.

## **Conteúdos:**

1. Administração Central e Local
2. Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais
  - Conceitos
  - Princípios
  - O processo orçamental
3. O setor empresarial local
4. Consolidação de Contas
5. Prestação de Contas Anual ao Tribunal de Contas

## **Bibliografia:**

Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas-AECA (2001), *La Contabilidad de Gestión en las Entidades Públicas*.

BERGER, T. (2012), *IPSAS Explained*, Second Edition, Wiley/Ernst & Young.

CARVALHO, J. (coord.), M. Fernandes, P. Camões e S. Jorge (2014), *Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses – 2013*, Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

Comissão Europeia (2013), *A Adequação das EPSAS para os Estados-Membros*.

[http://ec.europa.eu/eurostat/documents/10186/752716/EPSAS\\_consultation\\_paper\\_PT.pdf](http://ec.europa.eu/eurostat/documents/10186/752716/EPSAS_consultation_paper_PT.pdf).

MAFRA, J. (2013), “O Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais – a Função de Fiscalização”, *Revisores e Auditores*, julho-setembro.

Tribunal de Contas (2001), Instruções n.º 1/2001 – *Instruções para a organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais*, aprovadas pela Resolução n.º 4/2001, publicada na 2.ª Série do Diário da República de 18 de agosto.

Idem (2013), Resolução n.º 26/2013 – *Alteração à Resolução n.º 4/2001*, publicada na 2.ª Série do Diário da República de 21 de novembro.

Idem (2013), Instruções n.º 1/2013 – 2.ª Secção – *Organização e documentação das contas das empresas locais*.

Idem (2014), Resolução n.º 2/2014 – *Prestação de contas ao Tribunal relativas ao ano de 2014 e gerências partidas de 2015*.

## **SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA DA ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA | 7,5 ECTS**

**Formadora: Susana Silva**

### **Sinopse:**

A aprovação do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) e posteriormente do Plano oficial de contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL-1999) incorporou uma profunda mudança no modelo contabilístico até então adotado. Contudo a adaptação à International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) só se concretiza, em Portugal, com a adoção do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), recomendado pelo Decreto-Lei n.º 134/2012, de 9 de junho, e por influência da diretiva 2011/85/UE do Conselho da União Europeia que refere, que, “a existência de práticas de contabilidade pública exaustivas e fiáveis em todos os subsectores da administração pública constitui um pré-requisito para a elaboração de estatísticas de elevada qualidade que sejam comparáveis entre os Estados-Membros”. Desta forma, o objetivo central desta unidade curricular consiste em proporcionar aos formandos o estudo aprofundado dos principais marcos históricos da contabilidade pública em Portugal até aos dias de hoje. Neste sentido, será dado especial destaque ao sistema de contabilidade orçamental e financeiro.

### **Competências:**

Com esta UC pretende-se capacitar os formandos para:

- Conhecer o atual sistema contabilístico (POCAL) e o novo Sistema de Normalização Contabilístico a ser implementado pelas Autarquias Locais, na ótica orçamental e financeira;
- Abordar o sistema de controlo interno, dada a sua importância nas Entidades Públicas e a transparência e a accountability na administração Pública, com especial destaque para a Administração Local.
- Compreender os fundamentos, enquadramento e objetivos do novo Sistema de Normalização Contabilístico a ser implementado pelas Autarquias Locais;
- Assimilar os conceitos da contabilidade na ótica orçamental, quer quanto aos documentos previsionais, quer quanto á execução do orçamento; os conceitos da ótica financeira, nomeadamente quanto á adoção das Normas Internacionais de Contabilidade Pública e compreender os diferentes momentos de prestação de contas e documentos de suporte;
- Aprender as regras e procedimentos de controlo interno obrigatórios.

## Conteúdos:

1. Evolução da Contabilidade das Autarquias Locais
  - Principais marcos históricos: até ao POCAL e Novo sistema
  - Objetivos e características do Novo Sistema de Normalização Contabilístico
2. Registos de Escrituração Orçamental
  - Os documentos previsionais
  - Contabilização do orçamento de despesa e receita
3. Informação Financeira Pública
  - Normas internacionais de contabilidade pública: alguns conceitos
  - Aspetos contabilísticos
4. Controlo Interno
  - A obrigatoriedade do sistema de controlo interno
  - Definição e objetivos do controlo Interno
  - Princípios gerais de controlo interno
  - Limitações do controlo interno
  - Métodos e procedimentos de controlo interno: área de disponibilidades, terceiros, imobilizações, existências, compras e vendas de bens e serviços
5. Transparência e *Accountability* na Administração Local

## Bibliografia:

- BERNARDES, A. F. (2001). *Contabilidade pública e autárquica – POCP e POCAL*, Centro de Estudos e Formação Autárquica, Coimbra.
- CARVALHO, João Baptista; CAIADO, António Pires; SILVEIRA, Olga Cristina. (2007). *Casos práticos de contabilidade pública*, Áreas editora.
- CARVALHO, João Baptista, RUA, Susana. (2006). *Contabilidade pública - estrutura conceptual*, Editora publisher Team.
- CARVALHO, J.; FERNANDES, M. J.; TEIXEIRA, A. (2006). *POCAL. Comentado*, Lisboa. Rei dos livros.
- CARVALHO, J.; FERNANDES, M. J.; CAMÕES, P.; JORGE, S. (2012). *Anuário financeiro dos municípios portugueses-2010*, edição própria. Publicação da câmara dos técnicos oficiais de contas (OTOC). Fevereiro. ISSN, 2182-5564.
- Comissão Europeia (2013). Relatório da comissão ao conselho e ao parlamento europeu relativo à aplicação de normas de contabilidade harmonizadas do setor público nos Estados-Membros. A adequação das IPSAS para os Estados-Membros. Disponível em:

[http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0CCQQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.ipex.eu%2FPIPEXL-WEB%2Fdossier%2Ffiles%2Fdownload%2F082dbcc53b70d21c013d3f4ede6a4f1b.do&ei=LcRDVfDmHcr5UOPIglgF&usq=AFQjCNFOD0-hh8MVvj\\_uMMdMOu9EFUxkWw](http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0CCQQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.ipex.eu%2FPIPEXL-WEB%2Fdossier%2Ffiles%2Fdownload%2F082dbcc53b70d21c013d3f4ede6a4f1b.do&ei=LcRDVfDmHcr5UOPIglgF&usq=AFQjCNFOD0-hh8MVvj_uMMdMOu9EFUxkWw).

Comissão de Normalização Contabilística (2013). *Comité de Normalização Contabilística Público - CNCP. Normas orientadoras para o sistema de Normalização Contabilística – Administrações Públicas (SNC- AP) Comité*. Disponível em: [http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/docs\\_originais/Linhas\\_Orientadoras\\_SNCAP.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/docs_originais/Linhas_Orientadoras_SNCAP.pdf).

Diretiva n.º 2011/85/UE, do Conselho de 8 de novembro de 2011, que estabelece requisitos aplicáveis aos quadros orçamentais dos Estados-Membros.

FERNANDES, M. J. Silva (2009). «Developments in Public Accounting in Portugal». *Revista Enfoques: Ciencia Política y Administración Pública*, (11), 155-188.

EUROTAST (2012). Public consultation paper Document accompanying the public consultation on the suitability of the international Public Sector Accounting Standards for EU Member States. Disponível em: [http://ec.europa.eu/eurostat/documents/10186/752720/IPSAS\\_stakeholders\\_consultation\\_paper.pdf](http://ec.europa.eu/eurostat/documents/10186/752720/IPSAS_stakeholders_consultation_paper.pdf).

GOMES, P. S., FERNANDES, M. J., & CARVALHO, J. B. D. C. (2015). « The International Harmonization Process of Public Sector Accounting in Portugal: The Perspective of Different Stakeholders». *International Journal of Public Administration*, 38 (4), 268-281.

ROJE, G., Vašiček, D., & Vašiček, V. (2010). Accounting regulation and IPSAS implementation: Efforts of transition countries toward IPSAS compliance. *Journal of Modern Accounting and Auditing*, 6(12), 1.

TOUDAS, K., Poutos, E., & Balios, D. (2013). Concept, Regulations and Institutional Issues of IPSAS: a critical review. *European Journal of Business and Social Sciences*, 2(1), 43-54.

## **MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA | 7,5 ECTS**

**Formador: Pedro Nunes**

### **Sinopse:**

O surgimento do Estado Social fez com que as exigências e pressões do cidadão para com o Estado e Administração aumentassem constantemente ao longo das últimas décadas, exigindo-se cada vez mais e melhores serviços públicos.

Por esta razão, mas também devido à escassez de recursos, a reforma e a modernização administrativa têm sido uma preocupação constante dos sucessivos governos, sejam eles nacionais, internacionais ou “supranacionais”.

Estes dois conceitos (Reforma e Modernização) têm sido, erradamente, apresentados como sinónimos (Caiden, 1969) pelo que importa, neste módulo, clarificá-los no âmbito da evolução dos modelos de Administração, em particular, no âmbito do modelo Burocrático, da Teoria da Escolha Pública (Downs, 1957), do *New Public Management* (Hood, 1991) e do *New Public Service* (Denhardt, 2003).

Com esta unidade curricular pretende-se contextualizar as opções de reforma administrativa, no espaço e no tempo, e promover a adoção de medidas que fomentem a modernização da administração pública portuguesa atendendo, por um lado, à sua realidade específica e, por outro, ao desenvolvimento das democracias contemporâneas que dão particular relevo a uma cidadania mais ativa e participativa na resposta às necessidades sentidas coletivamente.

### **Competências:**

Com esta unidade curricular pretende-se capacitar os formandos para:

- Compreender a evolução, no tempo e no espaço, dos modelos de Administração Pública;
- Compreender as reformas da Administração Pública e os seus fundamentos;
- Intervir ativamente na modernização administrativa de serviços públicos;
- Adequar a prestação de serviços públicos às exigências das democracias contemporâneas;
- Apreciar, de forma crítica, o desenvolvimento e aplicação dos conceitos de cidadania ativa e participação pública nas diferentes tipologias de Administração.

### **Conteúdos:**

1. Evolução dos Modelos de Administração (Burocracia, New Public Management, New Public Service, Governance)
2. Modernização Administrativa VS Reforma Administrativa
3. Projetos de Modernização Administrativa e Reforma da A.P. portuguesa
4. Tipologias de Participação Pública
5. Princípios e Pressupostos para o Exercício de uma Cidadania Ativa

### **Bibliografia:**

BILHIM, João (2010), *Ciência da Administração*, Universidade Aberta, 300 p.  
FERRAZ, David & MADUREIRA, César (2010), *As configurações Político-Administrativas e a Seleção de dirigentes: o caso da administração pública portuguesa*, Sociologia, Problemas e Práticas, ISCTE-IUL.

MOZZICAFREDDO, Juan & Gomes, João Salis (orgs.) (2011), *Projectos de Inovação na Gestão Pública*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, 443 p.

SECCHI, Leonardo (2009), *Modelos organizacionais e reformas da administração pública – RAP*, 43 (2):347-69, Mar./Abr.

## **2.º SEMESTRE: UNIDADES CURRICULARES**

### **REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS | 7,5 ECTS**

**Formador: José Fontes**

#### **Sinopse:**

Estudo aprofundado sobre o regime jurídico das autarquias locais e os princípios estruturantes da sua organização administrativa. Análise sobre as várias formas de fiscalização da atividade autárquica.

#### **Competências:**

Com esta unidade curricular pretende-se capacitar os formandos para:

- Capacitar os formandos para aquisição de conhecimento sobre a organização e a atividade autárquica portuguesa.

#### **Conteúdos:**

1. O Direito Autárquico: enquadramento geral
  - A Constituição e as autarquias locais
  - Os principais diplomas legais reguladores da atividade autárquica
2. A Organização Administrativa do Estado
  - A organização administrativa das autarquias locais
  - Novas formas de Organização Local
  - A Reforma do Poder Local
3. A Tutela Administrativa
4. O Tribunal de Contas

#### **Bibliografia:**

AMARAL, Diogo Feitas do (2006), *Curso de Direito Administrativo*. 2.<sup>a</sup> ed., 11.<sup>a</sup> reimpressão. Coimbra: Almedina.

FOLQUE, André (2004), *A Tutela Administrativa nas relações entre o Estado e os Municípios (condicionalismos constitucionais)*. Coimbra Editora.

FONTES, José (2006), *Curso Sobre o Código do Procedimento Administrativo*. Coimbra: Coimbra Editora.

## **EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO | 7,5 ECTS**

**Formador: Mário do Carmo**

### **Sinopse:**

O potencial humano é a principal riqueza dos Municípios, porque determina as capacidades de desenvolvimento atual e futuro. Dois fatores são fundamentais para o potencial humano de qualquer sociedade: educação e cultura. Estes fatores são também complementares, porque uma população educada está em condições de ter comportamentos de vida mais saudáveis. Neste âmbito o desporto desempenha um papel muito importante, porque favorece simultaneamente a saúde e a educação, facto consubstanciado pela máxima romana “mente sã em corpo sã”. Nesta perspetiva, educação e desporto devem constituir preocupações políticas não apenas para as crianças e jovens, mas, também, para toda a população, devendo destacar-se os munícipes mais idosos dado o atual processo de envelhecimento da população portuguesa.

Uma forma de promoção desses estratos da população numa vida ativa é através da cultura que constitui, hoje, um sector que cria riqueza designadamente através do turismo cultural, pelo que pode ser um contributo essencial para o financiamento das autarquias. Teremos, assim, um ciclo político virtuoso, cuja eficácia depende da objetividade e qualidade de um planeamento estratégico integrado, partindo do diagnóstico sobre as seguintes variáveis: caracterização da população nas suas diversas vertentes, em particular grupos etários; qualificações, atividade económica e comportamentos saudáveis, incluindo a prática de atividades de desporto; o património material e imaterial e sua localização territorial. Com base no diagnóstico, devem ser estabelecidos objetivos estratégicos, tomando em consideração os condicionantes de ordem legal e financeira e identificando os agentes a mobilizar assim como as possíveis parcerias público-privadas, incluindo nestas últimas as ONG.

### **Competências:**

Com esta unidade curricular pretende-se capacitar os formandos para:

- Identificar a informação relevante destinada a elaborar um diagnóstico sobre as necessidades da população e as possibilidades de desenvolvimento do capital humano do Município;
- Efetuar o levantamento das potencialidades de desenvolvimento cultural e turístico do Município;

- Elaborar um plano integrado de desenvolvimento cultural e turístico do Município assente na mobilização do seu potencial humano e dos agentes locais de desenvolvimento.

#### **Conteúdos:**

1. Desenvolvimento Local na Sociedade do Conhecimento
2. Potencial Humano e Desenvolvimento Sustentável
3. As Autarquias na Construção do Novo Paradigma da Educação
4. A Cultura como Fator determinante no Desenvolvimento Local
  - Síntese Histórica do sistema educativo
  - Competência Educativas das Autarquias em Portugal
  - Municipalização da Educação e Autonomia das Escolas
  - Descentralização e Territorialização da Educação
5. Planeamento Estratégico com Base Territorial
6. Elaboração do Projeto de Desenvolvimento local nas áreas da Educação e Cultura

#### **Bibliografia:**

ALVES, Paula, *Transferência de Competência Para os Municípios – Domínio da Educação*, XXX Colóquio Nacional da ATAM – Tróia, 28 de outubro de 2010.

AZEVEDO, Joaquim, *Descentralização Administrativa e Autonomia das Escolas. 2015: O ano em que se dá mais um passo em frente?* Universidade Católica Portuguesa, Professor Catedrático, Faculdade de Educação e Psicologia; membro do Centro de Estudos em Desenvolvimento Humano/Universidade Católica Portuguesa, Porto, Portugal | 23 e 24 de julho de 2015.

BARROSO, João, *A emergência do local e os novos modos de regulação das políticas educativas*, Educação/Temas e Problemas, 12 e 13, 2013, pp: 13-25.

Lei de Bases da Educação.

MAFRA, Francisco; SILVA, J. Amado (2004). *Planeamento e Gestão do Território*, SPI, Coleção Inovação e Governação nas Autarquias, Princípia, Publicações Universitárias e Científica.

MAGALHÃES, Justino (2007). *A História da Educação em Portugal*, Edições ASA.

PACHECO, Florinda Maria Coelho (2006). *A gestão de conflitos na escola a mediação como alternativa*, Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Administração e Gestão Educacional, Universidade Aberta, Lisboa.

Quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da educação. Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro – Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação, Gabinete do Secretário de Estado das Autarquias Locais, 2019.

SILVA, Paula Cristina Carvalho da (2014). *Igualdade de Género nas Autarquias Locais: Formação de Mainstreaming de Género – Um Estudo de Caso*, Dissertação de Mestrado em Sociologia: Políticas Locais e Descentralização, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre, Universidade de Coimbra.

Material a disponibilizar online.

## **GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E LIDERANÇA | 7,5 ECTS**

**Formador: Pedro Nunes**

### **Sinopse:**

Os recursos humanos constituem um fator crítico para o sucesso do desempenho e sustentabilidade de qualquer organização. No atual contexto construtivo da despesa e investimento públicos, aos serviços e organismos públicos e locais exigem-se maximização e valorização dos seus recursos para o enfrentar. Daí que o domínio das qualidades e processos dos recursos humanos e da sua gestão e liderança constituam fatores críticos de sucesso na superação dos problemas e na efetivação das soluções ao alcance das organizações públicas locais.

De facto, as organizações socialmente reconhecidas são as que investem e levam a sério o desenvolvimento das competências coletivas e individuais dos ativos humanos em coerência com a visão, estratégia e contexto da organização, sem a qual prejudica seriamente a eficácia, qualidade e eficiência da organização, bem como os corolários psicológicos e relacionais do desempenho das pessoas.

Esta unidade curricular pretende, também, dar a conhecer perspetivas, instrumentos e ferramentas atuais para a resolução e superação destes constrangimentos e contextos atuais da gestão dos recursos humanos e da liderança nas organizações públicas locais, desde as áreas administrativas e processuais, às de desenvolvimento das competências técnicas e comportamentais, incluindo case studies e boas práticas, ambos orientados para as melhores abordagens, decisões e implementações da gestão pública de pessoas.

## **Competências:**

Com esta unidade curricular pretende-se capacitar os formandos para:

- Adquirir conhecimentos e competência para o exercício de funções de liderança e gestão de recursos humanos;
- Reconhecer e assimilar o papel, desafios e boas práticas da gestão dos recursos humanos e da liderança no atual contexto constricto e organizacional, nomeadamente da administração pública local;
- Desenvolver capacidades de interpretação e protagonização das decisões e demais ações e funções da gestão e liderança de recursos humanos;
- Refletir sobre os saberes e abordagens adequadas e atuais à liderança pública, considerando os atores e processos complexos, dinâmicos e decisivos para o excelente desempenho das organizações, dirigentes e demais trabalhadores no âmbito, sobretudo, da administração pública local.

## **Conteúdos:**

1. Da gestão de pessoal à gestão de recursos humanos
2. Gestão de recursos humanos na administração pública local
3. Desafios e boas práticas na gestão pública de pessoas e na administração pública local
4. Teorias e estilos de liderança
5. Liderança pública e Liderança na administração pública local
6. Desafios e boas práticas na liderança pública e na liderança da administração pública local

## **Bibliografia:**

BILHIM, João (2011), *Questões Actuais de Gestão Estratégica de Recursos Humanos*, 2.ª ed., Lisboa, ISCSP.

BILHIM, João (2009), *Gestão Estratégica de Recursos Humanos*, 4.ª ed., Lisboa, ISCSP.

CAETANO, António, VALA, Jorge (2007), *Gestão de Recursos Humanos – Contextos, Processos, Técnicas*, 3.ª ed., RH Editores.

CONDREY, Stephen E. (coord.) (2010), *Handbook of Human Resource Management in Government*, 3.ª ed., Jossey-Bass Pub.

CUNHA, Miguel Pina e, REGO, Arménio, CAMPOS e Cunha, Rita, CARDOSO C., Carlos (2010), *Manual de Gestão de Pessoas e do Capital Humano*, 2.ª ed., Editora Sílabo.

DOMINGUES, Leonel Henriques (2003), *A Gestão de Recursos Humanos e o Desenvolvimento Social das Empresas*, Lisboa, ISCSP.

FRENCH, P. Edward e Doug Goodman (2012), "An Assessment of the Current and Future State of Human Resource Management at the Local Government Level", in *Review of Public Personnel Administration*, 32(1) 62-74.

KELLOUGH, J. E., e Nigro, L. G. (2006), *Civil Service Reform In The States: Personnel Policy And Politics At The Subnational Level*, Albany, NY: SUNY Press.

LONGO, Francisco (2008), "Managing public reforms effectively: A strategic change management approach", in F. Longo e D. Cristofoli (eds.), *Strategic change management in the public sector* (pp. 1-20.), Hoboken, NJ: John Wiley & Sons.

OCDE (2011), *Public Sector Leadership for the 21st Century*, OCDE.

PERRY, James L., Engbers, T., e Jun, S. Y. (2009), "Back to the future? Performance-related pay, empirical research, and the perils of persistence", in *Public Administration Review*, 69, 39-51.

ROLO, Nuno Cunha (2010), *Modelos de Administração e Reforma da Gestão de Recursos Humanos*, dissertação, ISCTE-IUL.

ROOM, Victor H. (1997), *Gestão de Pessoas, Não de Pessoal*, 12.<sup>a</sup> ed., Editora Campus.

SOUSA, Maria José (2006), *Gestão de Recursos Humanos: Métodos e Práticas*, Lisboa, Lidel.

STEIJN, Bram (2002), "HRM In The Public Sector: A Neglected Subject", in *Human Resources Management Working Party Meeting*, Paris, OECD.

\* Na plataforma, será fornecida, documentação complementar

## **ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, PLANEAMENTO E SUSTENTABILIDADE | 7,5 ECTS**

**Formador: Pedro Pereira / Célia Ferreira**

### **Sinopse:**

Nesta Unidade Curricular pretende-se apresentar os conceitos, os instrumentos e as variáveis fundamentais em ordenamento do território que podem ser utilizados no âmbito da gestão para a sustentabilidade. Pretende-se ainda demonstrar que o ordenamento do território e o ambiente são complementares, devendo atuar em simultâneo como ações conjugadas, não substituíveis e muito menos antagónicas ou em conflito. É dado especial ênfase aos instrumentos voluntários de planeamento que tenham em vista a longo prazo a sustentabilidade, como seja, por exemplo, a Agenda XXI Local e os sistemas de indicadores de avaliação e comunicação da sustentabilidade local. Também

serão abordados os principais riscos naturais como fator fundamental no processo de ordenamento do território, e o processo de participação pública em ordenamento do território.

### **Competências:**

Com esta unidade curricular pretende-se capacitar os formandos para:

- Conhecer os principais conceitos associados ao ordenamento do território e planeamento, as metodologias e técnicas associadas;
- Identificar, aplicar e integrar os instrumentos fundamentais em ordenamento do território dando especial ênfase à sua integração com o ambiente numa perspetiva de sustentabilidade.

### **Conteúdos:**

1. Principais conceitos em Ordenamento do Território, planeamento e sustentabilidade
2. Instrumentos e políticas de gestão territorial
3. Agenda XXI Local
4. Processo de Participação Pública em Ordenamento do Território
5. Gestão de Riscos Naturais (movimentos de massa, cheias e perigos costeiros) e sua ligação com o ordenamento do território
6. Indicadores e Comunicação da Sustentabilidade Local

### **Bibliografia:**

DGOTDU (2000). *Guia Europeu de Planeamento para a Agenda 21 local*. Tradução e edição portuguesa publicada por Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, Lisboa.

OREA, D. G. (1994). *Ordenación del Territorio – Una Aproximación desde el Medio Físico*. Editorial Agrícola Española y Instituto Tecnológico Geominero de España. 1.ª Edición.

PARTIDÁRIO, M. R. (2000). *Indicadores de Qualidade do Ambiente Urbano*. Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, Lisboa.

RAMOS, T. B. (Coordenação científica) (2007). *Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – SIDS Portugal*. Agência Portuguesa do Ambiente, Lisboa, ISBN: 978-972-8577-40-7.

RANDOLPH, J. (2004). *Environmental Land Use Planning and Management*. Island Press, Washington.

Material a disponibilizar na plataforma de e-learning.

## **8. METODOLOGIA E SISTEMA DE TUTORIA**

A metodologia seguida neste curso é a estabelecida no Modelo Pedagógico Virtual da UAb para formações avançadas a desenvolver em regime de e-learning.

A forma de trabalho utilizada neste curso compreende:

- Leitura individual e reflexão sobre os conteúdos disponibilizados ou sobre temas obtidos pelos formandos;
- Partilha da reflexão e do estudo entre os formandos;
- O esclarecimento de dúvidas nos fóruns moderados pelos formadores-tutores e a
- Realização das atividades propostas.

A leitura e a reflexão individuais devem acontecer ao longo de todo o processo de aprendizagem, sem as quais o formando ficaria muito limitado na sua participação nos fóruns previstos, assim como também dificilmente poderá realizar com sucesso as atividades programadas.

A aprendizagem está estruturada por Tópicos. Em cada Tópico será criado um fórum moderado pelo formador e que permanecerá aberto ao longo de todo o curso, para esclarecimento das dúvidas e das dificuldades sentidas e apresentadas pelos formandos, proporcionando assim uma possibilidade de interação permanente dos formandos entre si e com o formador.

## **9. AVALIAÇÃO**

As unidades curriculares do curso adotam o modelo de avaliação contínua, sendo a classificação final dos formandos o resultado do trabalho desenvolvido ao longo do semestre (nomeadamente, a participação nos fóruns e a realização de atividades de avaliação).

A conclusão do curso, após aprovação em todas as unidades curriculares, é reconhecida com a atribuição de um Diploma de pós-graduado em *Gestão Autárquica e Modernização: Os Novos Desafios do Poder Local*.

## 10. CANDIDATURAS

As candidaturas ao “Curso *de pós-graduação em Gestão Autárquica e Modernização: Os Novos Desafios do Poder Local*” são feitas através de Inscrição online, com anexação, em formato digital, dos seguintes documentos:

- Certificado de habilitações
- Documento de identificação.

As atividades letivas têm início a **26 de outubro de 2020**.

## 11. PROPINAS

O número de inscrições neste curso é fixado no mínimo em 25. O valor da propina para este curso de Pós-graduação é fixado em **1100,00€**, que inclui o montante de **100,00€** relativo à **Taxa de Matrícula**. Este montante de 100,00€ terá de ser pago, na sua totalidade, no início do Curso, em data a divulgar pelos Serviços Financeiros, sendo que o restante valor poderá ser pago em 6 prestações.

## 12. CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

Estabelecem-se as seguintes condições de funcionamento para o presente curso:

- O júri de seleção dos candidatos, de creditações e de outros atos referentes a esta edição do curso, aprovado pelo Conselho Científico ao abrigo da **Deliberação n.º 96/CC/2019**, é constituído pelos seguintes membros:
  - Presidente: Prof. Doutor José das Candeias Montes Sales
  - Vogais efetivos: Doutor Mário Fernando Ramos do Carmo Pereira Bastos e Doutor Vasco Leitão de Carvalho Gomes Leite
  - Vogal suplente: Doutor José Fernandes Fontes Castelo Branco
- Sempre que se justifique do ponto de vista pedagógico haverá lugar ao desdobramento de classes ou turmas virtuais;
- Excecionalmente, e perante a justificação fundamentada apresentada pela Coordenação do Curso de Pós-Graduação, mediante parecer favorável do respetivo Diretor da Unidade Para a Aprendizagem ao Longo da Vida, pode ser autorizada a abertura do mesmo, com um número inferior ao previsto nos limites fixados anteriormente.

## **13. CORPO DOCENTE**

### **COORDENADORES:**

#### **Fernando Caetano**

Diretor da Unidade para a Aprendizagem ao Longo da Vida

(CV em <https://www2.uab.pt/departamentos/DCT/detaildocente.php?doc=42>)

#### **Mário do Carmo**

Licenciado em História (1984), concluiu o mestrado em História Regional e Local (1999) e doutorou-se em História Contemporânea (2006) em todas os graus académicos pela Universidade de Lisboa-Faculdade de Letras.

Foi professor Auxiliar na Universidade Moderna (1990-2004) nos cursos de Organização e Gestão de Empresas, Investigação Social Aplicada e Psicopedagogia Curativa; na mesma universidade, coordenou a pós-graduação em Gestão de Caça e Turismo da Natureza (2003-2004).

Foi assessor na Presidência do Conselho de Ministro (1984-2006; 2009-2012); foi assessor do Diretor-geral das Florestas (2006/2008) e na Secretaria-Geral do Ministério da Justiça (2008/2009). Foi formador em diversas ações de formação; foi investigador no INA (2002/2003) e atualmente no Centro de História da Universidade de Lisboa. É autor de diversos trabalhos/artigos científicos na área da História Contemporânea.

Atualmente é técnico superior na Secretaria Geral da Educação e Ciência e Professor convidado na Universidade Aberta, em regime de acumulação de funções públicas, nas pós-graduações de Gestão Autárquica e Modernização: Os Novos Desafios do Poder Local e Administração e Políticas Públicas.

### **OUTROS FORMADORES:**

#### **Pedro Nunes**

Agregação em Ciências Empresariais, especialidade de Gestão (2013); Doutoramento em Gestão (2003); Mestrado em Administração e Planeamento (1995); Licenciatura em Gestão; Bacharelato em Administração Autárquica. Investigador do Applied Management Research Unit (UNIAG); Professor Coordenador com Agregação da Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave. Cargos Exercidos: Presidente do Conselho Coordenador de Avaliação do Pessoal Docente do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave; Presidente do Conselho Científico; Presidente do Conselho Pedagógico; Presidente da Comissão de elaboração do Relatório sobre a

Implementação do Processo de Bolonha; Diretor da Revista Científica *Tékhné*; Membro do Conselho Científico; Membro do Conselho Pedagógico; Diretor do Departamento de Gestão; Coordenador do Grupo Disciplinar de Economia, Gestão e Administração Pública, Presidente da Comissão Especializada de Ciências Económicas e Empresariais do CCISP; Perito de Avaliação de Ciclos de Estudo (A3ES) desde Maio de 2011; Diretor do Mestrado em Gestão das Organizações; Diretor da Licenciatura em Gestão Pública; Membro de Conselho Científico de revistas científicas nacionais e internacionais; autor de publicações nacionais e internacionais; Membro de júri de dissertações e teses de mestrado e doutoramento; membro de júris de avaliação de capacidade pedagógica e científica de pessoal docente, de provas de especialista e de concursos de pessoal docente.

### **Pedro Pereira**

Doutor em Geologia (Especialidade de Paleontologia e Estratigrafia) (2008), Mestre em Geologia Dinâmica (Área de Geologia Dinâmica Externa) (1997) e Licenciado em Geologia (1993) pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. É Professor Auxiliar na Universidade Aberta, onde leciona Geologia Geral I ; Geologia e Ambiente; Trabalhos de Campo I; Riscos Naturais; Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental; Geologia Geral II; Caracterização e Conservação do Património Geológico. Pereira, P. November, 2012. Publicações mais recentes: *Agassizia algarbiensis* Ferreira, 1962, in Smith, A. B. & Kroh, A. (editors) *The Echinoid Directory*. World Wide Web electronic publication.

<http://www.nhm.ac.uk/researchcuration/projects/echinoid-directory/>. ISI Web of Knowledge – Current Web Contents; Pereira, P. November, 2012. *Echinocardium olisiponensis* Kotchetoff, Kotchetoff & Ferreira, 1975, in Smith, A. B. & Kroh, A. (editors) *The Echinoid Directory*. World Wide Web electronic publication. <http://www.nhm.ac.uk/researchcuration/projects/echinoid-directory/>. ISI Web of Knowledge – Current Web Contents; Pereira, P. November, 2012. *Opissaster cotteri* de Loriol, 1896, in Smith, A. B. & Kroh, A. (editors) *The Echinoid Directory*. World Wide Web electronic publication. <http://www.nhm.ac.uk/research-curation/projects/echinoid-directory/>. ISI Web of Knowledge – Current Web Contents, Pereira, P. November, 2012. *Parascutella lusitanica* (de Loriol, 1896), in Smith, A. B. & Kroh, A. (editors) *The Echinoid Directory*. World Wide Web electronic publication. <http://www.nhm.ac.uk/research-curation/projects/echinoid-directory/>. ISI Web of Knowledge – Current Web Contents.

### **Susana Maria de Oliveira e Silva**

Conclui o Mestrado em Contabilidade e Auditoria, pela Universidade do Minho (2007); Licenciada em Gestão de empresas, pela Universidade do Minho; Bacharel em Contabilidade, pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP). Atualmente é Diretora de Serviços do Departamento Administrativo e Financeiro, da Universidade do Minho; ao longo da sua carreira profissional, exerceu diversos cargos públicos; tem experiência Formador no Ensino Superior, desde 2001; atualmente (ano letivo 2011-2012) está contratada pelo Instituto Politécnico do Cávado e do Ave para lecionar as disciplinas de contabilidade Pública, contabilidade e finanças Locais e o Módulo de Auditoria Pública nos Mestrados de Auditoria e Gestão das Organizações; foi Formadora na Universidade Lusíada, Vila Nova de Famalicão, nas Unidades Curriculares de Contabilidade Pública e Contabilidade Seguradora (disciplinas semestrais). É formadora desde 1997 em diversas entidades públicas e privadas, entre outras especialidades, sobre Auditoria e Controlo Interno, contabilidade analítica, etc. É Coautora do livro POC-Educação - Explicado, Edição Rei dos Livros, 2002 e do livro Plano Oficial de Contabilidade para o Sector da Educação, Edição de APPAP (Associação Portuguesa de Administração e Políticas Públicas), 2000. É possuidora de uma elevada formação e valorização profissional em áreas multidisciplinares (Código de Procedimento Administrativo; fiscalidade; Políticas Públicas e dilemas da Gestão Estratégica Territorial; Auditorias da Qualidade; “Plano Oficial de Contas Público). Participou em diversos congressos, seminários e Workshops em Administração Pública sobre “Avaliação e implementação do POCP- planos sectoriais”, “O Plano Oficial de Contabilidade para o Sector da Educação”, “Ciclo de Conferências de Contabilidade”, etc. É membro da Equipe de Qualidade dos SASUM – Gestor de Processo, desde Janeiro 2008 para certificação dos Serviços de Ação Social, segundo a ISO 9001/2008; membro no grupo de trabalho que elaborou a proposta que conduziu à aprovação do Plano Oficial de Contabilidade para o Sector da Educação (POC-Educação).

### **José Fontes**

Catedrático (2019) e doutor em Ciências Políticas (2004), mestre em Direito na especialidade de Ciências Jurídico-Políticas (1998) e licenciado em Direito (1994). Professor Catedrático convidado na Academia Militar. Investigador científico integrado do Centro de Administração e Políticas Públicas/ISCSP (Universidade Técnica de Lisboa). Investigador do Instituto do Oriente, do CINAMIL – Centro de Investigação da Academia Militar e do Observatório Político – Plataforma de Investigação em Estudos Políticos/

FCSH (Universidade Nova de Lisboa). Eleito Académico Correspondente da Academia Internacional da Cultura Portuguesa (2011). Diretor do Instituto de Segurança e Defesa. Exerceu as funções de secretário-geral do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior. Autor de vários livros e artigos designadamente sobre Ciência Política, Direito Constitucional, Administração Pública e Direito Administrativo.

### **Vasco Leite**

Licenciado em Economia (2003). Doutorado em Economia, com especialização em Economia Regional, pela Universidade do Porto (2010). Atualmente exerce funções na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Região do Norte na Divisão de Desenvolvimento Regional, com competências na programação e avaliação dos Quadros Comunitários de Apoio. É professor convidado do ensino universitário e politécnico desde 2010, sendo membro do editorial da revista científica *Geopolitics under Globalization*. Tem artigos publicados na revista *Portuguese Economic Journal* e na *Annals of Regional Science*, e em capítulos de livros académicos. Investigador em projectos de I&D financiados pela FCT na área das Economias da Aglomeração. Júri de dissertações e de teses de mestrado na Faculdade de Economia do Porto e membro permanente em grupos de acompanhamento relativos à avaliação de políticas no âmbito do Portugal 2020. Colabora ainda na elaboração das revistas trimestrais *Norte Conjuntura* e *Norte Estrutura*, editadas pela CCDR-N, as quais retratam a evolução da economia da Região do Norte no curto e no longo prazo.

### **Célia Dias Ferreira**

Licenciada em Engenharia do Ambiente pela Universidade de Aveiro (1997) e doutorada pela Universidade Técnica da Dinamarca em Tratamento de Resíduos (2005). Professora auxiliar na Universidade Aberta e coordenadora do Grupo de Investigação Ambiente e Sociedade no centro de investigação CERNAS. É membro da Ordem dos Engenheiros e da Associação Portuguesa de Engenharia do Ambiente. É autora de mais de 80 trabalhos publicados em revistas internacionais de cariz científico e autora de vários capítulos de livro. Organizou vários eventos nacionais e internacionais e foi membro da comissão científicas de várias conferências internacionais. É avaliadora para Fundações Científicas e Universidades em concursos de projetos de investigação (União Europeia, Áustria, Chile, Holanda e a República do Cazaquistão). Foi orientadora de mais de 60 alunos de licenciatura, mestrado e doutoramento assim como de bolseiros de investigação. Coordena e participa em vários projetos de investigação nacionais

e internacionais e de consultoria. Em março 2016 foi distinguida como uma das 103 “Mulheres na Ciência”, iniciativa da Ciência Viva que prestou homenagem às mulheres cientistas portuguesas “cujo trabalho notável tem sido fundamental para o progresso que a Ciência e a Tecnologia nacionais registaram nas últimas décadas”.

